

Alexandre Gaudêncio rejeita responsabilidade no atraso da nova esquadra da PSP

De acordo com a Antena 1 Açores, a esquadra da PSP da Ribeira Grande funciona há dois anos nas instalações dos bombeiros.

A construção de uma nova esquadra continua num impasse. Já por várias vezes, as versões do projecto apresentadas pela autarquia ao Ministério da Administração Interna (MAI) foram devolvidas por não cumprirem todos os requisitos legais.

Em resposta escrita à Antena 1, o Ministério detalha que entre Janeiro e Julho de 2024 houve comunicações escritas entre a república e a autarquia, depreendendo-se das mesmas que não houve desenvolvimento dos trabalhos por parte da equipa projectista contratada pelo município durante aquele período.

A última versão foi enviada pela Câmara a 30 de Julho e, desde então, a Secretária-geral do MAI já pediu por duas vezes uma reunião técnica para a última semana de Agosto, mas ainda não obteve resposta.

Sem essa reunião com os projectistas, em que se pretende avaliar em conjunto as condicionantes e exigências funcionais e operacionais das forças de segurança, o ministério diz estar condicionado na pronúncia temporal sobre o avanço da obra.

O Presidente da Câmara da Ribeira Grande rejeita a acusação de que a autarquia é a responsável pelo atraso.

Alexandre Gaudêncio lamenta que o processo esteja a ser arrastado “por causa de preciosismos”.

“Queremos efectivamente que a situação se resolva. O que nós fizemos, entretanto, foi que no final do mês de Julho enviamos uma nova versão do projecto de especialidades pela terceira vez e, que do nosso ponto de



vista trata-se de preciosismos e que sinceramente não tem havido essa vontade política de se ultrapassar estes problemas. E estes preciosismos, trata-se de alterações de janelas em dois centímetros, de situações que nós, entretanto, já fizemos estudos com os nossos técnicos e já foram apresentados, portanto, são esses preciosismos que neste momento estão nesse impasse. Efectivamente, aquilo que nós vamos solicitar e, atendendo a esta disponibilidade imediata do MAI, é reunir imediatamente com os nossos técnicos e com os técnicos do MAI para que essa situação fique ultrapassada”, declarou Alexandre Gaudêncio.

O Presidente da autarquia admite tomar uma posição e abandonar o projecto caso o processo não avance até ao final do ano.

Praia do Monte Verde está interdita

Questionado, também pela Antena 1 Açores, sobre a interdição da praia do Monte Verde, o Presidente da Câmara diz que já foi feita a contra-análise às águas. Os resultados deverão chegar em breve.

Alexandre Gaudêncio adianta que o foco de contaminação será provavelmente uma levada que desagua naquela praia e para onde são feitas descargas ilegais.

“Nós temos feito análises regularmente, todas as semanas, à terça-feira. Posso confirmar que foi feita a recolha e que estamos a aguardar agora as análises em laboratório. Quanto ao foco, como sabemos, há uma ribeira que desagua naquela praia e uma levada que antigamente

servia os moinhos de água e que de vez em quando continua infelizmente a haver umas descargas ilegais. Sobre essa situação, nós também já estamos a ponderar um projecto de requalificação da própria levada para que possa definitivamente derivar uma linha de água com melhores condições e com tratamento, efectivamente”, concluiu Alexandre Gaudêncio.

A praia do Monte Verde, na Ribeira Grande, mantém-se assim interdita até que os resultados das análises possam ser vistos pelo delgado de saúde do concelho.

O autarca explica que a contaminação está restrita ao lado nascente da praia e que no lado poente, as análises não revelam níveis preocupantes.

Reitor do Santuário do Senhor Santo Cristo alerta para necessidade do reforço da segurança pública na cidade de Ponta Delgada

Segundo o sítio Igreja Açores, o reitor do Santuário do Senhor Santo Cristo apelou esta a um reforço da segurança pública para evitar o sentimento de medo que atravessa a vida na cidade de Ponta Delgada.

“A segurança pública está a falhar e a polícia poderá não estar a cumprir plenamente as suas competências. Julgo que o problema não é das leis mas da forma como as lemos”, afirmou o cônego Manuel Carlos Alves no final de uma Missa no Santuário e na sequência do esfaqueamento de um homem que ocorreu nas imediações do edifício.

“O que aconteceu foi em plena luz do dia, numa rua e num lugar tão movimentados”, referiu o sacerdote apelando a um “compromisso de todos” para que este problema seja resolvido.

“Não importa quem tem respon-



sabilidades, quem deve ou não actuar ou de quem é culpado. Todos nós,

desde os que fazem as leis, aos que a aplicam até nós cristãos somos socialmente responsáveis e por isso não nos podemos demitir no combate ao mal” referiu sublinhando situações concretas de indigência e consumo de estupefacientes que acontecem diariamente no Campo de São Francisco e nas imediações do Santuário.

“Não nos afastemos das nossas responsabilidades e apelemos junto das autoridades para que elas actuem dentro das suas competências. Precisamos de resolver os problemas”, disse.

“As pessoas não podem viver com medo” afirmou ainda frisando que as “autoridades têm de cumprir as suas funções de proteger a segurança dos cidadãos e dos espaços públicos”, concluiu o reitor do Santuário do Senhor Santo Cristo, citado no sítio Igreja Açores.